

21 NOV 1991

Alternativa para a crise

Marco Aurélio Alencar *

Em meio às discussões que estão sendo travadas no âmbito do Ministério da Economia, do Banco Central e do Congresso Nacional, com vistas à reestruturação global da dívida dos estados, a Prefeitura do Rio de Janeiro tratou de implementar recentemente, com total êxito, um programa simples, mas eficaz, de consolidação e de refinanciamento definitivos de sua dívida mobiliária.

Este programa constitui-se, basicamente, da transformação dos títulos representativos da dívida pública mobiliária, com perfis de vencimento de médio e de longo prazos, em moeda de pagamento dos investimentos correntes, realizados pela municipalidade. Com isso, assegura-se não só a colocação final dos papéis, segundo seus prazos originais, mas também a colocação sem deságio, o que desonera substancialmente o Tesouro Municipal.

Como pano de fundo desta proposta, uma questão conceitual da maior relevância foi levada em conta. A de que qualquer programa de reestruturação da dívida pública dos Estados e dos municípios, no contexto atual, para que tenha um mínimo de consistência macroeconô-

mica, deve considerar que o setor público como um todo — União, estados e municípios — é deficitário e que, em sendo assim, o seu financiamento passa obrigatoriamente pela “atração” dos superávits que gravitam em algumas esferas do setor privado.

Isto significa dizer, por exemplo, que algumas soluções em voga, tais como a proibição de emissão de títulos por estados e municípios ou a redução temporária de 5% da participação dos municípios no ICMS, além de inviáveis politicamente, não apresentam a menor consistência. Trata-se apenas de uma tentativa de redistribuição dos déficits no interior do próprio setor público, arbitrada pelo Congresso Nacional, e que apenas expressará maior ou menor grau de subordinação dos municípios aos estados.

No caso do Município do Rio de Janeiro, buscaram as autoridades atrair segmentos superavitários junto ao setor privado, que pudessem vir a se constituir em fontes primárias de financiamento de sua dívida. Tendo identificado o segmento das empreiteiras de obras públicas como capaz de absorver títulos de sua emissão, tratou a Prefeitura do Rio de

colocar em licitação pacotes de obras com cláusula de pagamento de 70% em títulos, com vencimentos variando entre um e quatro anos, e 30% em dinheiro.

Até a presente data, para uma dívida estimada em US\$ 200 milhões, já foi assegurada a colocação de US\$ 120 milhões, ou seja, 60% do saldo em circulação sem qualquer deságio. E, até o final do ano, 100% da dívida deverão estar alocados junto a pessoas jurídicas não financeiras. Considerando-se um prêmio de 2% em média, exigido atualmente pelo mercado para financiar títulos estaduais e municipais, a Prefeitura terá uma economia da ordem de US\$ 54 milhões no período.

Em síntese, pode-se admitir que para a Prefeitura do Rio de Janeiro o endividamento público hoje está a serviço do desenvolvimento e da sustentação do nível de emprego na cidade, e não a serviço da especulação financeira, como em todos os estados emissores de papéis. Cada título em circulação é a expressão das inúmeras obras que estão sendo levadas a cabo pelo governo municipal.

* Economista, mestre em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ, membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico